



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC**

**UNIDADE:** Fund. Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA

**SECRETARIA:** Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por f

**DECISÃO OGE/LAI n.º 016/2016**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Fundação CASA, número SIC em epígrafe, sobre Edital de Concurso para o cargo de Agente de Proteção.
2. A Fundação ofertou, anexado, o Edital de Concurso para o mencionado Cargo, referente ao mês de Fevereiro de 2000, ensejando a interposição de recurso de 1ª instância. Em resposta, a entidade explicou que no ano 2000 houve apenas um Edital de Concurso para o Cargo por ela citado.
3. Na sequência, interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, solicitando o edital do ano 2001.
4. Em relação ao pedido original, deve-se registrar que o mesmo foi adequadamente atendido, na medida de sua disponibilidade, considerando o pronto fornecimento do único edital de concurso do ano mencionado no pedido, dando pleno cumprimento, portanto, ao disposto no artigo 11, caput, da Lei n. 12.527/2011.
5. Em sede recursal, a recorrente não manifestou insatisfação com a resposta ofertada, solicitando apenas documento diverso do pleiteado em formulário inaugural. Deve-se lembrar que a inovação do pedido no âmbito recursal não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, na medida em que subtrairia ao órgão demandado a oportunidade de se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso.
6. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, do Governo Federal, ao justificar a Súmula 002/2015: “Esta súmula apresenta regra geral para o conhecimento de recursos interpostos no âmbito do processo administrativo de acesso à informação, segundo a qual somente deverá ser objeto de apreciação por instância superior matéria que já haja sido apreciada pela instância inferior. Nesse sentido, **a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve**

3




FLS. O.G.E. 06

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.

7. Verifica-se, portanto, que o pedido recursal não comporta apreciação, devido à ausência de identidade com a demanda analisada inicialmente pelo órgão recorrido, resguardando-se o direito da interessada de formular novo pedido de acesso.
8. Diante do exposto, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei Federal n. 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 27 de janeiro de 2016.

  
GUSTAVO UNGARO  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO